

HENRIQUE FLORENTINO FARIA CUSTÓDIO

O CONCEITO DA IMPUTABILIDADE CAUSAL EM MAX WEBER

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARTES, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
2007**

HENRIQUE FLORENTINO FARIA CUSTÓDIO

O CONCEITO DA IMPUTABILIDADE CAUSAL EM MAX WEBER

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de Artes,
Filosofia e Ciências Sociais da
Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Filosofia.

Orientação: Prof. Dr. Marcos César
Seneda

**Uberlândia
2007**

HENRIQUE FLORENTINO FARIA CUSTODIO

O CONCEITO DA IMPUTABILIDADE CAUSAL EM MAX WEBER

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de
Filosofia da Faculdade de Artes
Filosofia e Ciências Sociais da
Universidade Federal de Uberlândia,
como parte dos requisitos para
obtenção do título de bacharel em
Filosofia.

Uberlândia, 05 de março de 2007

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos César Seneda
Orientador

Prof. Ms. Wagner de Mello Elias

Dedico esta monografia aos Espíritos do Senhor, que são as virtudes dos céus, que como um imenso exército se movimentam desde que dele recebeu a ordem, espalhando-se sobre toda a superfície da Terra, semelhantes às estrelas que caem do céu, por iluminar meu caminho e me guiar na realização dos meus trabalhos; e, em sinal de respeito e gratidão, a meu pai Luiz Marcos Custódio e a minha mãe Regina Ester Faria de Paiva Custódio.

AGRADECIMENTOS

À UFU, por ter me propiciado um ensino de qualidade.

A todos os professores do Departamento de Filosofia da UFU, pela contribuição na minha formação acadêmica.

A todos os funcionários do Curso de Graduação de Filosofia da UFU, pela dedicação aos alunos.

Aos colegas da graduação, pela convivência e amizade durante todo o curso. Dentre estes, a Vladimir Luiz de Oliveira, pela amizade e auxílio no debate filosófico.

A meus irmãos, Guilherme Florentino Paiva Custódio e a Maria Cecília Faria Paiva Custódio, pelo carinho e o incentivo em minha formação.

A minha namorada, Paula Amaral Araujo, pelo amor e o apoio na realização deste trabalho.

E, finalmente, a meu orientador, Professor Doutor Marcos César Seneda, pela paciência, pelo rigor exigido, pelo incentivo permanente e vocação inequívoca, não poupando esforços na multiplicação do saber filosófico; a ele devo a ajuda por atravessar as passagens fecundas e pouco lineares de Max Weber.

"Estudar história requer o conhecimento prévio de que com esse estudo se almeja algo impossível e importantíssimo. Estudar história significa entregar-se ao caos, conservando a crença na ordem e no sentido. É uma tarefa muito séria..., talvez mesmo trágica".

(Herman Hesse, **O jogo das contas de vidro**)

“Aqui se manifesta a força heurística e a circunscrição consciente do modelo weberiano: a História, assim como toda e qualquer ciência empírica da ação, caso queira apreender a ação não só pelo sentido nomológico contido em seu suporte empírico, mas também queira compreendê-la a partir do sentido teleológico que comporta, tem de construir então um modelo judicativo que fundamente a significatividade de seus objetos. A metodologia weberiana, portanto, contém uma teoria da ação, que é a tentativa de construir os fundamentos de uma judicativa que permita circunscrever a racionalidade pragmática que a ação empírica comporta”.

(Marcos César Seneda, **O problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação**)

SUMÁRIO

0. INTRODUÇÃO	7
1. UMA QUESTÃO METODOLÓGICA: O INTERESSE COGNITIVO.....	10
2. OPERAÇÕES LÓGICAS	18
2.1 O TIPO IDEAL	18
2.2 A POSSIBILIDADE OBJETIVA E A ADEQUAÇÃO CAUSAL	22
3. A IMPUTAÇÃO CAUSAL	34
4. CONCLUSÃO	41
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
5.1 BIBLIOGRAFIA CITADA.....	43
5.2 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	44

0. INTRODUÇÃO

Max Weber nasceu em Erfurt em 1864 e faleceu em junho de 1920, em Munique, à idade de 56 anos. Seu pai era um jurista de formação, advogado abastado, tendo sido parlamentar nacional-liberal à época de Bismark. Sua mãe, uma mulher culta e devota, lhe conferiu uma educação marcada pelo rigor calvinista. Weber realiza sua formação em várias cidades como Berlin, Heidelberg e Göttingen. Seu trabalho acadêmico tem início no campo do Direito e da História jurídica. Com produção intelectual intensa, interrompida apenas por graves problemas de saúde, Weber amplia seus estudos realizando pesquisas na área de política, história e filosofia.

A pesquisa weberiana que interessa para esta monografia está circunscrita ao debate metodológico e a sua intenção de propor um método seguro para as ciências histórico-sociais. O texto base, escrito por Weber em 1906 e intitulado *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura*, compõe um volume intitulado *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Ensaio sobre teoria da ciência). Estes ensaios foram reunidos em um volume preparado pela mulher de Weber, Marianne Weber, a quem se deve seu título e sua publicação em 1922.

A metodologia weberiana procura construir as condições fundamentais que assegurem a objetividade nas ciências históricas-sociais. Propor como estudo monográfico o conceito da imputabilidade causal na obra weberiana é compreender um importante pilar da ciência, que é basicamente a relação de causa e efeito aplicada às ciências da ação. Esta investigação mostra-se

importante para entender como constrói-se e como opera a relação de causa e efeito na metodologia weberiana, patenteando como Weber edifica as bases de sua teoria do conhecimento.

Na tentativa de resolver problemas concretos para a ciência, Max Weber toma por objeto de estudo o trabalho histórico, em especial o de um renomado historiador, Eduard Meyer. Na tentativa de demonstrar e fundamentar o trabalho histórico, Eduard Meyer torna-se um exemplo para Weber da confusão lógica em que se encontram as ciências especializadas. Tendo os historiadores a necessidade de demonstrar suas finalidades e métodos, sobrepassam os limites de sua disciplina para entrar no domínio da teoria do conhecimento. Eles edificam, como escreve Max Weber, um informe clínico a cargo do próprio paciente e não a cargo do médico. O historiador, um não especialista, é forçado a produzir uma análise em um domínio que não é seu: o dos fundamentos lógico-metodológicos. Assim, este não especialista é compelido a lançar os fundamentos dos objetos que surgiram de sua opção metodológica. Partindo da análise weberiana, pretendemos com esta monografia examinar como Weber edifica e fundamenta o conceito da imputabilidade causal, presente em sua metodologia científica, com o intuito de construir um caminho seguro (objetividade) para as ciências histórico-sociais. O desafio deste trabalho monográfico é portanto demonstrar a possibilidade na teoria weberiana da construção da relação causal entre fatos em uma cadeia de acontecimentos.

No primeiro capítulo intitulado: *“Uma questão metodológica: o interesse cognitivo”* abordamos o problema da seleção da realidade para as ciências histórico-sociais. Este momento pré-científico da metodologia é que irá permitir a

construção pelo pensamento de uma possível constelação causal. Analisado este momento pré-científico da metodologia, a explicação se detém nas operações lógicas que permitem a aplicação da imputação causal. O capítulo seguinte é intitulado *“Operações Lógicas”* e se subdivide em *“O tipo ideal”* e em *“A possibilidade objetiva e a adequação causal”*. Com o tipo ideal, Weber formula um instrumento metodológico que permite ao cientista investigar a realidade em sua infinidade de aspectos concretos. Possibilita, portanto, que o pesquisador não se perca em sua análise da realidade. Valendo-se da possibilidade objetiva e da causa adequada, Weber procura fundamentar um recurso metodológico que permita ao pesquisador avaliar a probabilidade de uma causa favorecer ou não o surgimento de um fato real. Para examinar a fundamentação desta probabilidade, procuramos explicar no terceiro capítulo, intitulado *“A imputação causal”*, como, na metodologia, se estabelece a imputação de nexos causais nas seqüências históricas a serem explicitadas pelo pesquisador. Para este empreendimento, utilizamos *“A ética protestante e o espírito do capitalismo”*, de Max Weber, como exemplo do emprego do conceito de imputação causal, que é o tema deste estudo monográfico.

Com isto, pretendemos fundamentar e analisar especificamente a utilização do conceito de imputação causal na construção da objetividade das ciências histórico-sociais, conforme a orientação da metodologia científica weberiana, atendo-nos à construção da relação causal entre fatos em uma cadeia de acontecimentos.

1. UMA QUESTÃO METODOLÓGICA: O INTERESSE COGNITIVO

O problema da seleção da realidade nas ciências histórico-sociais, abordado por Weber no início da segunda seção dos *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura*, é fundamental para a estrutura de sua metodologia científica. Este momento pré-científico da metodologia é que permitirá a construção de uma possível constelação causal. A partir deste problema, portanto, tentaremos alcançar um entendimento sobre a edificação da possibilidade objetiva e da causalidade adequada na obra estudada e, em consequência, na metodologia weberiana.

Para Weber, a sociedade não pode ser compreendida em sua totalidade. Weber tem como referência uma realidade infinita e complexa, analisada a partir de um determinado ponto de vista. Weber quer fundamentar a “[...] validade de uma ordenação em pensamento da realidade empírica” (WEBER, 1975, p. 272) e, para tanto, distingue conhecimento de julgamento de valor¹. A possibilidade de seleção entre a infinidade de elementos determinantes é condicionada pelo tipo de interesse histórico do cientista. Ao se afirmar que a história deve compreender de maneira causal a realidade concreta de um “acontecimento” em sua individualidade, não se quer concluir com isto, diz Weber, que a história deva explicar causalmente e “reproduzir” por completo a totalidade das causas

¹ Sobre isto aponta Héctor L. Saint-Pierre: “Weber sustenta que é possível alcançar um conhecimento objetivo dentro das Ciências da Cultura, e que, embora o objeto do conhecimento dessas ciências se encontre dentro da esfera dos valores, o cientista não está por isto condenado a produzir um saber puramente subjetivo ou meramente valorativo”. (1994, p. 29). Mas não apenas o objeto está dentro da esfera dos valores, o cientista também. O pesquisador seleciona o objeto a ser estudado em relação com os valores. O método é que garante a objetividade deste saber, impedindo o cientista de produzir juízos de valor meramente subjetivos.

individuais. Esta seria uma tarefa não apenas impossível de fato, mas absurda por princípio.

Max Weber inicia a segunda seção dos *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura* com uma citação de Eduard Meyer, na qual este afirma que a deflagração de algumas guerras foi proveniente de decisões individuais. Estes indivíduos poderiam ter decidido de outra maneira, assim como outras personalidades, modificando o curso histórico. Meyer propõe que não se poderia responder à questão de se a guerra iria começar ou não, caso a decisão destes indivíduos houvesse sido outra. Este questionamento para ele figura-se inútil, porque não pode ser elucidado.

A crítica de Weber inicia-se propondo que a segunda afirmação de Meyer, sobre a inutilidade de uma questão científica, não é congruente com sua formulação sobre “liberdade”² e “necessidade” no decurso histórico. Opondo-se à idéia de que haveria questões irrelevantes para a ciência, salienta que cumpre saber quais questões não podemos responder ou que não poderemos responder com precisão. Propor como objeto se a decisão de Bismarck tivesse sido outra (não declarar a guerra) e do que haveria de suceder no decurso histórico não é algo carente de sentido. Formular uma possível cadeia causal, que seja apenas hipotética, uma vez que os acontecimentos históricos já ocorreram, pode auxiliar na formulação de um saber. Esclarece Weber que é necessário assegurar-se sobre que posição esta decisão deve ocupar na exposição histórica, e sobre qual significação causal irá atribuir-se a esta decisão individual dentro da totalidade dos

² O uso das aspas em determinadas palavras segue a risca o emprego de Weber no texto base. Ele procurava dar ênfase às palavras ou indicava com o sinal lingüístico suas reservas de todo tipo.

“movimentos”, infinitos em números, dispostos dentro de uma cadeia causal de um modo e não de outro, para a produção do resultado (a guerra). Como explica Gabriel Cohn:

Para ele (Weber) interessa saber como, *em situações particulares*, as legalidades próprias das diversas esferas de ação se articulam para resultar numa orientação específica das ações de muitos agentes, e como essas configurações singulares podem dar origem a linhas de ação, a sentidos ou então a valores novos, que por sua vez possam ser reincorporados na dinâmica das diferentes esferas da existência histórico-social. (1979, p. 144).

Portanto, o trabalho do historiador não é meramente uma narrativa dos acontecimentos. O historiador não descreve a realidade como ela é de fato. A “reprodução” da realidade pelo historiador se dá mediante uma interpretação. O conhecimento não é um retrato fiel da realidade. O conhecimento da realidade é parcial e fragmentado, o que o pesquisador consegue obter em sua investigação é apenas uma compreensão aproximativa da realidade. Salienta Gabriel Cohn:

Na posição estritamente metodológica assumida por Weber o conceito é o instrumento que o pesquisador forja para ordenar um segmento da realidade e construir seu objeto. Entre o conceito e o real estabelece-se uma enfática separação. (1979, p. 116).

Nega-se com isso que o conhecimento histórico possa ser uma reprodução ou uma cópia integral da realidade. É sempre salutar lembrar que Weber opera com o pressuposto (é uma hipótese) de que o real é infinito e inesgotável. Cabe ao método erigir um saber válido para determinado conjunto de objetos, e não reproduzir a realidade em sua totalidade. O movimento histórico é considerado conforme um ponto de vista, não possuindo o fato nenhuma ligação com alguma

necessidade histórica³. Não há uma necessidade no decurso histórico. Existe uma autonomia das esferas da ação em Weber, pois “cada esfera da ação desenvolve-se, enquanto processo, conforme sua *lógica imanente particular*, ao mesmo tempo que entra em contato e estabelece relações com as demais, *através dos sujeitos individuais*.” (COHN, 1979, p. 141) . Os sujeitos individuais, os agentes, são os portadores da ação em Weber. É na ação dos agentes que se estrutura a análise weberiana.

Cabe ao historiador construir o “vir a ser” histórico de um fato individual concreto, propondo causas possíveis para seu desenvolvimento. Ao analisar um fato histórico, como a batalha de Maratona, o cientista constrói teoricamente⁴ as relações causais que propiciaram a constituição deste fato individual concreto. Concorde Weber com Meyer que a história trabalha com os acontecimentos do ponto de vista do “vir a ser”, mas seu objeto não está submetido a nenhuma “necessidade” própria do “vir a ser”. Compete ao historiador, diz Weber, que na apreciação da significação causal de um acontecimento concreto se comporte de maneira semelhante ao ator histórico, que quer e toma posição, e não agiria assim se sua ação se lhe afigurasse como “necessária” e não meramente como “possível”. A diferença se encontra nisto, escreve Weber:

³ Weber comenta: “Todo conhecimento racional da realidade infinita através do espírito humano finito se assenta, portanto, sobre o tácito pressuposto de que, de cada vez só uma *parte* finita desta realidade deve formar o objeto da apreensão científica, de que somente ela deve ser ‘essencial’ no sentido de ‘digna de se saber’”. (1975, p. 282). Ao se relacionar com esta realidade inesgotável, agindo com relação a valores, o cientista constrói um recorte desta realidade, que possui significação para ele. O cientista por meio do método não apreende a realidade na sua totalidade, o conhecimento humano é limitado por suas faculdades.

⁴ A construção teórica das relações causais de um fato individual concreto (que ocorreu) é levada a cabo a partir de hipóteses levantadas pelo cientista. Estas hipóteses sustentam que um acontecimento pode ter acontecido daquela maneira e não de outra. É uma possibilidade do “vir-a-ser” do fato individual concreto estudado.

O homem que atua calcula, na medida em que age de maneira estritamente racional – o que aqui supomos – as condições, dadas de acordo com o padrão de seu conhecimento da realidade e “externas” a ele, do desenvolvimento futuro que lhe interessa; logo, insere idealmente em um nexo causal distinto “modos possíveis” de seu próprio comportamento e resultados que cabe esperar em conexão com aquelas condições “externas”; por fim, de acordo com os resultados “possíveis” obtidos desta maneira (idealmente), se decide, como adequado a seu “fim”, por um ou outro dos modos de comportamento. (1973, p. 152).⁵

O uso de *externas* entre aspas corrobora o entendimento de que não devemos tomar a realidade como coisa já dada, como provida de um caráter ontológico. O ator histórico escolhe, pondera sobre as circunstâncias dadas (as que conhece!) e as relaciona com o propósito do que almeja. Dentre as possibilidades estudadas mentalmente, decide, em relação ao comportamento a adotar, qual melhor o levaria a realizar seus objetivos. Afirma Weber que o historiador torna-se superior ao ator histórico nisto:

Em todo o caso sabe a posteriori se a apreciação das condições dadas, que se apresentaram como “externas” a este, estavam em conformidade com os conhecimentos e expectativas esperados pelo ator, com a situação real então existente; e isto é algo que a “consequência” factual da ação ensina. (1973, p. 152).⁶

O distanciamento do fato ocorrido no tempo permite ao historiador fazer um levantamento das condições nas quais se encontrava o ator histórico. Verifica-se

⁵ Passagem citada: “El hombre que actúa sopesa, en la medida en que lo hace de manera estrictamente racional – lo que aquí suponemos – las condiciones, dadas de acuerdo con el patrón de su conocimiento de la realidad y ‘externas’ a él, del desarrollo futuro que le interesa; luego inserta idealmente en un nexo causal distintos ‘modos posibles’ de su propio comportamiento y resultados que cabe esperar en conexión con aquellas condiciones ‘externas’; por fin, de acuerdo con los resultados ‘posibles’ obtenidos de este manera (idealmente), se decide, como adecuado a su ‘fin’, por uno u otro de los modos de comportamiento.”

⁶ Passagem citada: “En todo caso sabe a posteriori si la apreciación de las condiciones dadas, que se presentaron como ‘externas’ a este, se correspondieron conforme a los conocimientos y expectativas alentados por el actor, con la situación real entonces existente; y esto es algo que la ‘consecuencia’ fáctica de la acción enseña.”

se o propósito do ator estava em conformidade com suas expectativas e circunstâncias dadas, por fim, constroem-se as relações que disso se originam. Para a história interessa a construção das relações causais dos “elementos” e “aspectos” de um respectivo acontecimento, que sobre um ponto de vista possui “significação geral”, tornando-se um *interesse* histórico. Através do interesse do cientista é que um acontecimento ganha “existência”, pois um fato não possui significação própria. Interpretamos e compreendemos a realidade, ela não é imediata. O significado nunca é dado diretamente pelo objeto. Sobre a significação de uma ocorrência não ser inerente ao objeto, discorre Weber:

A qualificação de uma ocorrência como um fenômeno “sócio-econômico” não é algo que lhe é “objetivamente” inerente como tal. É antes condicionada pela orientação de nosso *interesse* cognitivo, tal qual resulta da significação cultural específica que, num caso particular, atribuímos à ocorrência em questão. (1975, p. 275).

O conhecimento seria sempre fruto de um recorte particular, da seleção de um conjunto específico de problemas. Essa seleção ou recorte particular seria, necessariamente, feito a partir das referências do cientista.

Este posicionamento frente a valores, implicando em uma “relação com os valores”, é que direcionará o cientista no recorte da realidade complexa e infinita.

Comenta Julien Freund:

Dada a infinidade extensiva e intensiva da realidade empírica que nenhuma ciência consegue abarcar integralmente, aquela relação surge como princípio de seleção, condição de um conhecimento pelo menos parcial. Mais exatamente, ela é o momento subjetivo que torna possível um conhecimento objetivo limitado, desde que o sábio tenha consciência dessa limitação inevitável. (1987, p. 44).

Este momento pré-científico é que permite ao cientista construir seu objeto de investigação, já que a significação não está contida no objeto. É o investigador que, dotado de interesse, seleciona a realidade e dá sentido a ela. Demonstra, agindo desta maneira, o que merece ser para ele conhecido no fluxo infinito da realidade.⁷ A investigação pressupõe que “[...] de fato existe um tipo incondicionalmente válido de conhecimento, quer dizer, de ordenação em pensamento da realidade empírica.” (WEBER, 1975, p. 275). Procedendo assim, o cientista nos apresenta uma parte da realidade, um recorte dentro de uma infinidade de eventos.

A ciência constitui-se em interpretação da realidade, é a tentativa de dar sentido ao que se apresenta como confuso e desprovido de relação causal. Neste sentido, fica demonstrado por Weber na citação a seguir que a ciência é uma construção teórica da realidade que não nos é imediata.

Queremos compreender, *em sua especificidade*, a realidade da vida que nos envolve e na qual estamos imersos – a interconexão e a *significação* cultural de seus fenômenos singulares em sua configuração hodierna de um lado, as razões de seu ter-vindo-a-ser-de-tal-modo-e-não-de-outro histórico de outro lado. (1975, p. 282).

Esse processo coloca os fenômenos e os significados das coisas num eterno estado de transformação, tornando-os uma fonte inesgotável para abordagens científicas. A especificidade na história se alcança mediante a construção das possibilidades de realização dos fatos passados a partir de uma constelação de

⁷ Diz Héctor L. Saint-Pierre: “Por sua vez, esse interesse vai ser despertado na medida em que aquele segmento da realidade guarda alguma relação com algum valor caro a esse cientista. A partir deste valor, e em relação com ele, é que o objeto será construído e ordenado”. (1994, p. 33). É a partir do interesse cognitivo do cientista por um fato individual concreto que se fará o recorte da realidade infinita.

causas condicionada de um modo e não de outro. O interesse cognitivo permite então a sustentação de um ponto de vista científico em contraposição a outros pontos de vista que debatem sobre um mesmo fenômeno. É no recorte do empírico, que possui significação para o investigador, que se inicia a construção das “determinações” do objeto. Weber é claro quanto à tarefa do cientista de constituir um sentido para a realidade:

Uma ordem é posta neste caos *unicamente* pela circunstância de que, em cada caso, só uma *parte* da realidade individual possui interesse e *significação* para nós, já que só ela se relaciona às *idéias culturais de valor* munidos das quais nos aproximamos da realidade. Só determinados *aspectos* dos sempre infinitamente múltiplos fenômenos singulares, aqueles aos quais atribuímos uma *significação cultural* geral, são portanto dignos de se saber, somente eles são objeto da explicação causal. (1975, p. 287).

Argumenta Weber que a “relação com os valores” permite ao cientista o recorte e ordenação do objeto, conferindo sentido a esta parte da realidade que detém *significação geral* para o pesquisador. Partindo do pressuposto teórico de que a realidade é infinita e a possibilidade de conhecimento humano desta realidade é finita, o recorte da realidade pelo cientista mediante seu interesse cognitivo é a primeira etapa do método em Weber.

2. OPERAÇÕES LÓGICAS

2.1 O TIPO IDEAL

Para o pesquisador não se perder em sua análise da realidade, Weber formula um instrumento metodológico que permite ao cientista investigar a realidade em sua infinidade de aspectos concretos. Este instrumento metodológico é o tipo ideal. O tipo ideal permite ao cientista selecionar explicitamente a dimensão do objeto que será analisada e permite apresentar essa dimensão de uma forma pura⁸. A construção dos tipos ideais permite ao cientista operar por abstração, convertendo a realidade em uma construção mental. Os tipos seriam elaborados “mediante acentuação mental de determinados elementos da realidade” (WEBER, 1999, p.137) considerados relevantes para a pesquisa conforme o ponto de vista do investigador. Weber salienta:

Fique de antemão sublinhado que se deve ter cuidadosamente presente, antes de tudo, a distância que separa a noção daquilo que *deve* ser, do “modelar”, destas formações de pensamento que estamos discutindo, as quais são ideais num sentido puramente lógico. Trata-se da construção de interconexões que aparecem à nossa *fantasia* como suficientemente motivadas, logo como “objetivamente possíveis”, e ao nosso saber nomológico como “adequadas”. (1975, p. 298).

O cientista elabora definições exageradas, unilaterais, das dimensões da realidade que pretende conhecer. Essas definições podem ser utilizadas para uma espécie de comparação com o mundo real. Elas auxiliam no trabalho de imputação causal

⁸ Entendemos por “forma pura” a construção mediante os tipos ideais de um elemento da realidade de forma mental. O tipo ideal é categorialmente construído. Com o tipo ideal selecionam-se apenas os aspectos essenciais do elemento analisado, excluindo-se nuances que possam dificultar a construção do conceito.

realizado pela História. Cada aspecto concreto da realidade empírica pode ser compreendido em função da sua maior ou menor distância em relação à definição típico ideal.

Para Weber, a noção de tipo ideal decorre da concepção acerca da infinita complexidade do real diante do alcance limitado dos conceitos elaborados pela mente humana. Todo conceito seleciona alguns aspectos da realidade infinita, enquanto exclui outros. A seleção é sempre orientada por valores caros ao cientista. Na construção de um tipo ideal, o cientista seleciona aspectos da ação humana que considera culturalmente relevantes para o estudo. E o faz segundo seus próprios valores, acentuando unilateralmente um ou vários aspectos da realidade. Acrescenta Héctor L. Saint-Pierre:

Quanto ao conteúdo, o tipo-ideal era apresentado por Weber como uma utopia à qual não correspondia nenhum caráter de realidade, mas, pelo contrário, era obtido a partir de um “deslizamento” da mesma. O resultado é um instrumento puramente formal para a apreensão discursiva da realidade empírica. O tipo ideal é construído a partir de uma “intensificação unilateral” da realidade, ou seja, uma exageração de alguns de seus elementos característicos a partir de um determinado “ponto de vista”. (1994, p. 67).

Weber delimitava negativamente o tipo ideal opondo-o, por um lado, aos conceitos clássicos e, por outro, aos tipos estatísticos. Conceitos como “individualismo”, “imperialismo”, “capitalismo”, “mercantilismo”, observa Weber, não poderiam ser determinados a partir da reunião abstrata daquilo que é comum a vários fenômenos concretos, nem, portanto, ser construídos com base em médias estatísticas. O tipo ideal é uma construção racional que, cumprindo com algumas exigências formais, deve apresentar em seu conteúdo as características de uma

utopia⁹. Héctor L. Saint-Pierre diz que “o fato de que o tipo ideal seja um esquema que *necessariamente* deva apresentar diferenças com respeito à realidade social não é casual, mas intencional.” (1994, p.68). O cientista que seleciona uma conexão significativa para seu estudo constrói a constelação causal de maneira imaginária, mental. É o cientista que através do método se afasta da realidade estudada, para poder tipificá-la.¹⁰ A realidade apresenta sempre certa diferença com relação ao tipo ideal, pois a realidade não está representada em sua totalidade no conceito idealmente construído. O tipo ideal não diz o que deva ser a realidade, como um juízo de valor; é um quadro de pensamento puramente lógico¹¹. Weber salienta que o tipo ideal trata da “construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa imaginação e, conseqüentemente, ‘objetivamente possíveis’, e que parecem adequadas ao nosso saber nomológico”. (1999, p.138).

Um exemplo de tipo ideal em Weber seria a classificação das ações sociais em três tipos: ação tradicional, aquela que se baseia nos costumes e nas tradições; ação afetiva, aquela que se define por afetos e sentimentos; ação racional. Esta se subdivide em duas: ação racional com relação a valores, guiada pela crença consciente em algo que o indivíduo valoriza; ação racional com

⁹ J. Freund comenta que: “... o tipo ideal designa o conjunto dos conceitos que o especialista das ciências humanas constrói unicamente para os fins da pesquisa”. (1987, p. 44). Mediante o tipo ideal não se pretende alcançar uma possível essência dos elementos pesquisados ou construir um pensamento fiel a toda a realidade. Com ele se pretende dar “aos conceitos utilizados pelo método histórico um rigor suficiente.” (FREUND, 1987, p. 44).

¹⁰ Héctor L. Saint-Pierre esclarece que “o sentido de guardar esta diferença, entre o esquema conceptual e a realidade da conexão significativa em questão, é precisamente a possibilidade de medir e comparar tal fenômeno pela diferença que mantém com relação ao seu tipo ideal.” (1994, p. 68).

¹¹ A construção dos tipos ideais não interessa como fim, mas sim exclusivamente como meio de conhecimento.

relação a fins, baseada no planejamento, no cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários para sua realização. A ação racional com relação a fins se caracteriza pelo fato do ator escolher de modo reflexivo seus fins, considerando as conseqüências previsíveis, e por adequar do modo que lhe parece mais eficaz, dadas as condições, os meios aos fins. O que aqui prevalece é a análise objetiva da eficiência e da eficácia, dos custos e benefícios de cada alternativa. A ação racional alcança duas condições. Uma das condições é aquela que é orientada por um conjunto de valores claramente formulados e logicamente consistentes. A outra condição permite dizer que uma ação é racional, quando os meios escolhidos para se atingir o objetivo são os mais adequados. Portanto, uma ação é racional, quando é objetivamente bem adequada ao fim buscado pelo sujeito. E, neste caso, a racionalidade significa adequação dos meios aos fins. A ação racional é, portanto, aquela que utiliza meios adequados aos fins procurados. A ação racional com referência a valores possui basicamente as mesmas características. A diferença é que os fins da ação são alcançados com um menor grau de cálculo por parte do agente, já que se orienta para realizar valores que lhe são caros, pouco se importando com suas conseqüências. A ação racional, nas suas duas modalidades, seria a forma mais previsível, compreensível, de comportamento humano. Quando separado de suas tradições e afetos, os homens agem diante das situações de modo muito regular.

Não é correto afirmar, portanto, que o conceito de tipo ideal se forma como média dos dados existentes na totalidade do que é observado, mas é obtido pelo realce unilateral de um ou de vários pontos de vista. O tipo ideal em sua pureza não é encontrado empiricamente. Esclarece Weber:

No que diz respeito à investigação, o conceito de tipo ideal propõe-se a formar juízo de atribuição¹². Não é uma “hipótese”, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos. (1999, p. 137).

O tipo ideal auxilia o cientista na análise da realidade fragmentária, afastando-o desta para dominá-la intelectualmente. O tipo ideal é um instrumento do qual o cientista se vale para guiar-se na infinitude do real. Ele oferece uma estrutura conceptual que permite ao cientista determinar em que medida uma determinada conexão significativa se aproxima ou se distancia desse quadro ideal e, dessa forma, lhe permite deliberar em que medida essa realidade pode ser classificada dentro de tal estrutura lógica. O tipo ideal confere à análise histórica uma forma lógica, permitindo ao cientista pensar sobre a estrutura e a conexão causal que se constrói sobre a infinitude do real.

2.2 A POSSIBILIDADE OBJETIVA E A ADEQUAÇÃO CAUSAL

A teoria da “possibilidade objetiva” abordada por Weber fundamenta-se nos trabalhos do fisiólogo Von Kries e na aplicação do conceito em autores que o seguem e o criticam, sobretudo os criminalistas. Os criminalistas e os juristas discutem a possibilidade objetiva com relação à culpa penal. A culpa penal torna-se um problema de imputação causal. Enquanto contém o problema de quais são as circunstâncias sobre as quais se pode afirmar que alguém causou, mediante sua ação, um resultado externo determinado, se apresenta com a mesma

¹² Por juízo de atribuição entende-se juízo de imputação.

estrutura lógica que a questão da causalidade histórica. A causa é condição necessária e adequada para determinar a produção de um evento. Entende-se que deva ser considerada aquela causa que, no momento da produção do evento, pode ser construída como capaz de originá-lo. Ou seja, indaga-se qual a causa adequada em função da ação do agente, que sobre determinada circunstância foi capaz de produzir determinado resultado externo. Para adequar uma causa a uma ação, procede-se com os critérios de possibilidade e probabilidade. Na história, assim como no sistema jurídico, os problemas das relações sociais travadas pelos homens entre si estão orientados de modo “antropocêntrico”. Por isso impõe-se a pergunta pela significação causal das “ações” humanas.

O problema da causalidade, para o historiador, orienta-se sempre pela imputação de resultados concretos a causas concretas. Os juristas se distanciam deste modo de proceder perguntando-se “[...] se e quando a imputação *objetiva*, puramente causal, do resultado à ação de um indivíduo, é suficiente para qualificar tal resultado como sua ‘culpa’ *subjativa*” (WEBER, 1958, p. 155) ¹³. Para os juristas, um crime causado por uma ação individual tem fundamento em uma vontade subjativa do agente em cometer o delito. Acrescenta Weber:

Na verdade, a questão já não é um problema puramente causal, que pode resolver-se mediante mera comprovação “objetiva”, por percepção e interpretação causal de fatos que tenham que se averiguar, mas é um problema de política criminalista, orientado por valores éticos e outros. (1973, p. 155). ¹⁴

¹³ Passagem citada: “[...] si y cuándo la imputación *objetiva*, puramente causal, del resultado a la acción de un individuo basta para calificar tal resultado como su ‘culpa’ *subjativa*.”

¹⁴ Passagem citada: “ En efecto, esta cuestión ya no es un problema puramente causal, que puede resolverse mediante mera comprobación “objetiva”, por percepción e interpretación causal, de hechos que haya que averiguar, sino un problema de política criminalista, orientada a valores éticos y otros.”

As normas jurídicas, cujo sentido pode ser captado *a priori*, são elucidadas mediante interpretação. Segundo estas normas, a existência de uma “culpa” depende antes de tudo de condições subjetivas por parte do ator, como a premeditação e a intenção *subjetivamente* condicionada do resultado. Altera-se assim consideravelmente o significado do modo de encadeamento causal. Weber propõe partir do mesmo questionamento que a teoria jurídica:

Como em geral é *possível*, por princípio, imputar um “resultado” concreto a uma “causa” singular, e como é realizável isto em vista de que, em verdade, sempre uma *infinidade* de momentos causais tem condicionado o advento do “processo” singular e que, com respeito a este advento do resultado em sua configuração concreta, pode-se dizer que *todos* aqueles momentos causais singulares foram imprescindíveis? (1973, p. 156).¹⁵

É importante reafirmar que para a história interessa apenas a explicação causal dos “elementos” e “aspectos” de um respectivo acontecimento, que sobre um ponto de vista possui “significação geral”, tornando-se um *interesse* histórico. Procede da mesma maneira o juiz. Este, ao analisar uma transgressão penal, não entra na consideração do curso infinito singular do fato, apenas nos elementos essenciais que podem ser subsumidos sob as normas jurídicas. Tem importância para o magistrado, por exemplo, a cadeia causal entre a punhalada e a morte, configurada de um modo que a atitude subjetiva do autor e sua relação com o fato seja tal que permita aplicar uma norma penal. Não é importante para o juiz se um assassinato é causa de outros acontecimentos concomitantes, por exemplo, se a

¹⁵ Passagem citada: “Cómo es en general *posible*, por principio, imputar un ‘resultado’ concreto a una ‘causa’ singular, y cómo es realizable este en vista de que, en verdad, siempre una *infinidad* de momentos causales ha condicionado el advenimiento del “proceso” singular y que, respecto del advenimiento del resultado en su configuración concreta, puede decirse que *todos* aquellos momentos causales singulares fueron imprescindibles?”

morte do indivíduo produziu um conflito internacional, adquirindo assim “pleno valor” para o historiador. Nesse exemplo, tornar-se-ia “historicamente” significativo um elemento causal de uma conexão individual, ou seja, teríamos uma “causa real” que produziria um efeito político. Weber salienta que a questão da imputação histórica, sob este ponto de vista similar à jurídica, implica na exclusão de uma infinidade de elementos do fato real quando “causalmente insignificantes”. Ou seja, uma circunstância singular é irrelevante, não apenas quando carece de relação com os acontecimentos a estudar, mas também quando em *nada* “*alteraria*” o processo “real”. Verificam-se assim dois tipos de acontecimentos: um “real”, que se encontra no curso observado, e outro construído racionalmente, que permite ao cientista estabelecer adequadamente as causas geradoras deste ou daquele acontecimento social.

Valendo-se do método e reconstruindo a realidade empírica de forma racional (teorizada), Weber pode construir, para cada situação social analisada, possibilidades objetivas da ação. Ao se utilizar a categoria da possibilidade objetiva, não se quer com isto proporcionar juízos de necessidade, mas sim calcular a adequação da significação das causas possíveis de um acontecimento. Por adequação causal, entende-se as causas que determinam que seqüências de fatos, dentro das regras da experiência, tenham a probabilidade de acontecer de uma determinada maneira e não de outra. Com referência à necessidade no decurso histórico, esclarece Catherine Colliot-Thélène que “a clareza quanto às tarefas das ciências históricas e ao tipo de cientificidade que elas podem legitimamente reivindicar implica afirmar, sem equívoco, que este é *um modo de explicação causal totalmente estranho à noção de lei.*” (1995, p. 32). É importante

ressaltar que não existe uma necessidade no decurso histórico, ou seja, não se pode a priori propor uma regularidade legal para o “vir a ser” histórico, conforme afirma Weber. Não é possível deduzir a realidade de leis gerais, como se o método do cientista fosse um espelho fiel da realidade, já que esta possui infinitas determinações. Pressupor que se deduz a realidade a partir de leis gerais, implica em sustentar que o movimento histórico esteja subsumido a hipóstases e não a regras de experiência. Portanto “querer explicar um acontecimento histórico enquadrando-o sob uma lei geral, é desvirtuar a História, que é formada de uma sucessão de acontecimentos singulares.” (FREUND, 1987, p. 55). A singularidade não pode ser apreendida como redução da realidade a leis gerais, mas sim enquanto uma construção (probabilística) do “vir a ser” que causou uma determinada existência dentre outras determinações daquele fato histórico.

A possibilidade objetiva é alcançada, portanto, a partir da criação de modelos hipotéticos, mediante a eliminação de um ou vários elementos da “realidade” e mediante a construção conceitual do curso dos acontecimentos em relação a outros elementos possíveis dentre os determinados pelas condições da constelação causal. Sobre isto, elucida Weber:

... é um processo de *abstração* que se cumpre através da análise e do isolamento conceitual dos componentes do imediatamente dado – concebido precisamente, como um complexo de relações causais *possíveis* – e deve desembocar em uma síntese da relação causal “efetivamente real”. (1973, p. 160).¹⁶

¹⁶ Passagem citada: “– es un proceso de *abstracción*, el que se cumple a través del análisis y del aislamiento conceptual de los componentes de lo inmediatamente dado – concebido, precisamente, como un complejo de relaciones causales *posibles* – y debe desembocar en una síntesis de la conexión causal ‘efectivamente real’”.

É importante ressaltar que a possibilidade objetiva se constrói mediante abstração de um ou vários elementos da realidade. Através dela se calcula o que poderia se esperar que sucedesse nos acontecimentos selecionados pelo cientista. Por isso não possui a História causa única, uma vez que para Weber a possibilidade objetiva se edifica sobre um recorte da realidade, a partir de uma significação importante para o cientista. Isso ocorre em virtude do método e da capacidade humana terem limites para explicar a realidade; pois não é possível explicá-la em sua totalidade. Assim, se é necessário um saber de ordem probabilística, conceitual, é porque o real é infinito em função das suas múltiplas determinações. Como o significado não é dado diretamente pelo objeto pesquisado, o pesquisador precisa então obter uma compreensão aproximativa da realidade.

De que modo deve-se então proceder com os “juízos de possibilidade”? A possibilidade objetiva se alcança por meio de isolamento e generalização de um dado, decompondo este em elementos que podem ser incluídos em regras de experiência. Com isto, pode-se estabelecer que resultados deveriam se esperar de cada um dos elementos considerados isoladamente, segundo regras de experiência, dada a presença de outras determinações na constelação causal.¹⁷ A possibilidade objetiva implica sempre em regras de experiência: é a construção de juízos objetivos de ordem probabilística sob a forma de uma relação adequada entre a causa e o efeito. É uma abstração, uma construção mental feita pelo cientista de maneira lógica para dar sentido ao real. Com isso, “fazendo o historiador esta abstração, constrói um curso *possível* das coisas, para determinar

¹⁷ Nem todos os acontecimentos possuem importância na pesquisa do cientista. O cientista faz a seleção da realidade. Isso implica, na perspectiva weberiana, a possibilidade de adequação de determinadas causas singulares, ou constelação de causas singulares, a fatos singulares.

as causas reais ou suficientes.” (FREUND, 1987, p. 57). O pesquisador, com base em seus conhecimentos, constrói mentalmente o movimento histórico, eliminando ou isolando causas, para determinar significações e importância no “vir a ser” histórico.

A categoria da “possibilidade” não é empregada em Weber em seu sentido *negativo*, expressando um não saber ou um saber incompleto. Ela implica em um *saber* positivo acerca das “regras do acontecer”, o nosso saber “nomológico”¹⁸. Acerca do sentido negativo da possibilidade, Weber apresenta o exemplo de um trem que passa numa estação. Quando alguém pergunta se um trem passou na estação e tem como resposta “é possível”, isto demonstra um não saber. Implica na comprovação que esta pessoa não conhece *subjetivamente* nenhum fato que diga o contrário, mas também não pode afirmar que o trem passou. É um “não saber”.

Quando Meyer pergunta-se o que teria acontecido se a batalha de Maratona não tivesse existido, ou se os gregos tivessem perdido, age da mesma maneira que o juiz. O historiador indaga-se sobre o que poderia ter acontecido ao movimento histórico se as decisões e condições houvessem sido outras. A pergunta é análoga a do juiz quando este “indaga a si mesmo sob que condição pode afirmar que um indivíduo é responsável por seus atos, salvo que, diferentemente do historiador, o juiz pretende, além do mais, avaliar a

¹⁸ Saber positivo de determinadas regras gerais da experiência (em sentido lógico) aqui relaciona-se ao modo como os homens podem agir em face de situações dadas. É com o conhecimento nomológico que se afirma a existência de relação causal entre dois tipos de fenômenos. O saber “ontológico” para Weber, é o saber sobre determinados fatos pertencentes à situação histórica e demonstrável com referência às fontes. É o historicamente dado, que é determinado por múltiplas relações causais possíveis. O “ontológico” não é empregado como hipóstase, não há “nenhuma necessidade lógica que seja inerente à estruturação do ‘real’”. (SENEDA, 2004, p.175).

culpabilidade, para aplicar uma pena, se for o caso.” (FREUND, 1987, p. 56). O historiador não é orientado por valores éticos como o juiz ao avaliar a ação do agente, mas pretende analisar esta ação conforme sua significação na constelação causal que compõe o fato. Quando Meyer indaga sobre se a batalha de Maratona havia sido “possível”, ou melhor, sobre se a partir de certas eventualidades teria sido “provável” um desenvolvimento teocrático-religioso, isto implica em uma possibilidade para os acontecimentos. Sabe-se que foram os gregos que venceram a batalha de Maratona (curso histórico real), o que proporcionou um determinado desenvolvimento para o mundo ocidental. Ao se indagar se os persas tivessem ganhado a batalha de Maratona, Meyer constrói mentalmente causas possíveis para o desenvolvimento ocidental. Analisando as atitudes persas ao dominar outros povos, Meyer levanta a hipótese de que o regime teocrático-religioso imposto pelos persas não contribuiria para o desenvolvimento da cultura ocidental como ocorreu com os gregos. Esta possibilidade é objetiva, pois o conhecimento da maneira como agem os persas em seus domínios é sabido pelo historiador, o que o leva a supor a possibilidade deste determinado desenvolvimento. Meyer quer com isso demonstrar a importância causal da batalha de Maratona para a cultura ocidental. Reforça Héctor L. Saint-Pierre:

Weber adverte que não é preciso mostrar *o que* teria acontecido, mas apenas mostrar que teria acontecido de modo distinto, para dessa maneira poder decidir entre duas possibilidades iniciais, a saber: ou o desenvolvimento da cultura teocrático-religiosa ou o triunfo do espírito racionalista grego. (1994, p. 89).

Por isso a possibilidade objetiva é um saber positivo das regras do acontecer. Ao questionar se o desenvolvimento de um fato histórico real tivesse sido outro, como na batalha de Maratona, não se demonstra o que poderia realmente ter acontecido de fato. Contudo, não é um não saber. São hipóteses baseadas no conhecimento das circunstâncias estudadas pelo historiador (saber positivo das condições existentes na Grécia), que auxiliam na construção das causas possíveis para o desenvolvimento do fato analisado (saber nomológico). Trata-se de uma suposição objetiva. No caso de Meyer, a batalha de Maratona foi uma causa adequada para o desenvolvimento da cultura ocidental. Esclarece Weber:

O “saber” em que se baseia este juízo para fundamentar a “significação” da batalha de Maratona é, segundo até aqui exposto, por um lado, saber de determinados “fatos” pertencentes a “situação histórica” e demonstráveis com referência às fontes (saber “ontológico”), e por outro, como já vimos, saber de determinadas regras da experiência reconhecidas, em particular relativas ao modo como os homens podem reagir em face de situações dadas (“saber nomológico”). (1973, p. 161).¹⁹

Decompondo uma situação em seus elementos “significativos”, o cientista usa de sua “imaginação” e aplica em um saber “ontológico” seu saber de experiência “nomológico”. Com o conhecimento do modo como se comportam os homens, o cientista julga positivamente a ação, que “pode” produzir o resultado ao qual a possibilidade objetiva se refere. A estrutura da possibilidade objetiva é lógica, se fundamenta por abstração (isolamento e generalização). Ela dá suporte para a

¹⁹ Passagem citada: “ El ‘saber’ en que se basa ese juicio para fundamentar la ‘significación’ de la batalla de Maratón es, según todo lo hasta aquí expuesto, por un lado saber de determinados ‘hechos’ pertenecientes a la ‘situación histórica’, y demostrables con referencia a las fuentes (saber ‘ontológico’), y por otro, como ya vimos, saber de determinadas reglas de experiencia reconocidas, en particular relativas al modo en que los hombres suelen reaccionar frente a situaciones dadas (‘saber nomológico’)”.

verificação das hipóteses levantadas pelo cientista. Permite ao pesquisador calcular suas hipóteses como adequadas ou não a um determinado desenvolvimento de um acontecimento. O historiador, por meio de abstração, constrói um curso possível dos acontecimentos e determina com isso suas causas suficientes.

O juízo de possibilidade objetiva permite avaliar a probabilidade de uma causa favorecer ou não o surgimento de um fato real. Esta imputação é um procedimento realizado em uma série de graus que estão entre dois casos limites: a causa “adequada” e a causa “acidental”. Essa gradação apóia-se em princípios que são empregados na análise lógica do “cálculo de probabilidades”. Esclarece Weber:

... é possível representar a relação lógica concebendo aqueles componentes causais, a cujo resultado “possível” se refere o juízo, como isolados e contrapostos a respeito de todas as demais condições *concebíveis em geral* que mantém com eles uma ação recíproca, e inquirindo de que modo o círculo de todas aquelas condições, mediante cujo acréscimo esses componentes causais pensados como isolados resultaram “adequados” para provocar o resultado “possível”, se relaciona com o círculo de todas as outras condições, mediante cujo acréscimo este resultado *não* teria sido “previsivelmente” provocado. (1973, p.168).²⁰

Quando um fenômeno presente em uma constelação causal não contribui para o desenlace do fato, podendo com isso ser excluído da análise, torna-se uma causa acidental. Sua presença ou ausência, por hipótese, não interfere na constelação

²⁰ Passagem citada: “... es posible representarse la relación lógica concibiendo aquellos componentes causales, a cuyo resultado ‘posible’ se refiere el juicio, como aislados y contrapuestos respecto de todas las demás condiciones de las *que pueda en general pensarse* que mantienen con ellos una acción recíproca, e inquiriendo de qué modo el círculo de todas aquellas condiciones, mediante cuyo añadido esos componentes causales pensados como aislados resultaron ‘conducentes’ para provocar el resultado ‘posible’, se relaciona con el círculo de todas las condiciones mediante cuyo añadido aquellos componentes *no* lo hubieran ‘previsiblemente’ provocado.”

causal, ou seja, ele não colabora significativamente na produção do fato considerado. Entretanto, se um acontecimento é avaliado como causa adequada, ele torna-se imprescindível no conjunto de condições que produzirão o fato a ser explicado. O acontecimento construído pelo cientista como causa adequada é que permitirá o estabelecimento dos nexos causais “essenciais” para a produção do suposto fato histórico. A comparação entre o processo hipotético construído pelo pesquisador e o processo real permite estabelecer a importância causal de certo elemento com relação ao fato a ser explicado. Entretanto, as causas levantadas pelo cientista, em relação à constelação causal que originou do seu ponto de vista o fato, não são as únicas causas do acontecimento em questão. Não se deve esquecer que a realidade possui múltiplas determinações, portanto, uma constelação causal é sempre construída em relação a um ponto de vista que se pretende objetivo.

Para exemplificar o conceito de causa accidental, Weber analisa a Revolução de Março de 1848 em Berlim, que é um objeto de estudo do próprio Meyer. A análise se atém aos disparos efetuados em meio a multidão reunida nas portas do palácio, que teria sido o estopim dos acontecimentos que se sucederam. Trata-se de saber se a revolução teria sido deflagrada sem aqueles disparos. Se não tivessem sido efetuados os disparos, teria havido a revolução? Caso a revolução não possa ser pensada sem os disparos, tais disparos são “causa adequada” da Revolução de Março de 1848 em Berlim. Se a Revolução for pensada como inevitável (sem a ocorrência dos disparos), dada as circunstâncias sociais e políticas em que se encontrava a Alemanha, os disparos são considerados como uma “causa accidental”. O advento da Revolução, pensado

através da possibilidade objetiva com a eliminação dos disparos, permite ao cientista construir a imputação de que estes são causa accidental daquela, não alterando seu curso causal. Para que uma causa adequada proporcione o advento de um acontecimento, não se faz necessário que, para o fato existir, forçosamente esta causa adequada deva ocorrer. A causa adequada favorece o surgimento do fato. A determinação do grau de adequação ou accidentalidade de uma causa permite precisar a probabilidade de um evento em um acontecimento histórico do ponto de vista causal.

Desse modo, a função da possibilidade objetiva não é proporcionar juízos de necessidade, mas calcular a adequação das causas possíveis de um acontecimento e sua respectiva significação. Com isso, a possibilidade objetiva confere ao método um curso lógico para a explicação causal dos fenômenos históricos.

3. A IMPUTAÇÃO CAUSAL

“Toda interpretação tende a evidência. Mas nenhuma interpretação, por mais evidente que seja quanto ao sentido, pode pretender, como tal e em virtude desse caráter de evidência, ser também a interpretação causal *válida*. Em si, nada mais é do que uma *hipótese* causal de evidência particular”. (Max Weber, *Economia e Sociedade*, p.7).

Na análise empreendida por Weber no livro “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, o pensador fundamenta uma probabilidade de formação para o capitalismo moderno. Weber, em seu estudo, pretende alcançar as relações causais adequadas que sejam significativas para formação desta singularidade. Tem como objetivo relacionar as idéias religiosas fundamentais do protestantismo com as máximas da vida econômica capitalista, ou seja, a influência da religiosidade na construção social de uma prática capitalista. Através desta tese proposta por Weber, pretendemos neste capítulo demonstrar como o pensador utiliza o método e de que maneira se efetiva teoricamente a imputação causal.

Não se deve considerar a relação causal entre protestantismo e capitalismo como a explicação cabal para o surgimento da racionalização da vida. O *ethos* protestante foi, dentre outras causas, na infinitude do real, uma das que motivaram a racionalização da vida, contribuindo para a formação do “espírito do capitalismo”.²¹ O interesse cognitivo weberiano sustenta um ponto de vista

²¹ Não é a causa única nem a explicação suficiente para o surgimento do capitalismo. É uma das causas de certas particularidades do capitalismo moderno ocidental.

científico em contraposição a outros pontos de vista que debatem sobre um mesmo fenômeno²². Lembra Weber que:

...não se pode pensar em substituir uma interpretação materialista unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história. Ambas são igualmente viáveis²³, mas, qualquer uma delas, se não servir de introdução, mas sim de conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica. (2001, p. 132).

Na História, houve embriões de comércio em diversas sociedades (babilônica, romana, chinesa), mas em nenhuma delas esta particularidade deu prosseguimento a uma racionalização da conduta dos agentes, que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo moderno ocidental. A pesquisa feita por Weber indica porque esta racionalidade foi possível no ocidente e não em outras partes do mundo.

Weber encontra nos protestantes uma especificidade²⁴ que irá proporcionar, em conjunto com outras causas possíveis, o advento do capitalismo moderno. Constrói os tipos ideais²⁵ que irão orientá-lo na aproximação com o real. É importante lembrar que a noção de tipo ideal decorre da concepção acerca da infinita complexidade do real diante do alcance limitado dos conceitos elaborados pela mente humana. Todo conceito seleciona alguns aspectos da realidade infinita, enquanto exclui outros. O pesquisador acentua unilateralmente um ou

²² É necessário salientar que Weber em nenhum momento considera o espírito do capitalismo como pura consequência da Reforma protestante. Tem como proposta investigar em que medida as influências religiosas participaram da moldagem do espírito do capitalismo.

²³ “Viáveis” aqui refere-se a probabilidades pertencentes ao domínio do possível.

²⁴ A especificidade protestante é a construção de uma ética religiosa que focava no trabalho e nos seus decorrentes ganhos. O trabalho constitui-se em uma ação e obrigação do indivíduo, que aproveitava as oportunidades e condições que Deus lhe oferecera. O agente passa a considerar o labor como vocação. Com isso atribuía ao trabalho secular um significado religioso.

²⁵ Luteranismo, calvinismo (puritanismo), pietismo, metodismo e seitas batistas.

vários aspectos da realidade. Ao estudar as tendências protestantes, com suas doutrinas e motivações psicológicas, Weber constrói os tipos ideais que irão orientá-lo como meio de conhecimento para a formulação das relações causais possíveis.

Weber aponta as respectivas contribuições do luteranismo e do puritanismo para a constituição desse "espírito do capitalismo". O luteranismo, através da associação da vocação religiosa às ocupações seculares, abre o caminho para a valorização do trabalho e de seus frutos. O puritanismo, através da noção de predestinação à salvação de João Calvino, teria imprimido ao trabalho (e aos seus ganhos) um sentido de ascese. Se no caso do luteranismo, as conclusões de Weber decorrem da análise de textos doutrinários, já o impacto do puritanismo é pensado sob a forma de um impulso psicológico. Assim, dado que a incerteza dos desígnios divinos tornava-se insuportável em um tempo no qual a certeza da salvação era indispensável, formulou-se, nos meios puritanos, a idéia de que o sucesso consistia em um sinal visível da eleição.

Assim o homem deve se dedicar à sua verdadeira vocação (no sentido de opção pelo trabalho) e esta passa a ser uma parte fundamental da sua vida, um elemento que agrega outras virtudes, ao mesmo tempo em que passa a ser também um elemento que deve afastar o homem do ócio e da vadiagem. Neste cenário, a vadiagem e a mendicância são vistas como contrárias às ofertas de Deus aos homens. O trabalho e a construção do material devem ser usados, nesta abordagem, como ferramenta para a própria evolução do caráter e da moral humana, tanto individual como coletiva.

O conceito de vocação como valorização do cumprimento do dever dentro das profissões seculares se encontra expresso nos escritos de Martinho Lutero, a partir do qual esse conceito se tornou o dogma central de todos os ramos do protestantismo. Em Lutero, contudo, o conceito de vocação teria permanecido em sua forma tradicional, ou seja, ele é aceito como ordem divina à qual cada indivíduo deveria adaptar-se. Nesse caso, o resultado ético, segundo Weber, é inteiramente negativo, levando à submissão. O luteranismo, portanto, não poderia ter sido a razão explicativa do espírito do capitalismo. Weber volta-se então para outras formas de protestantismo diversas do luteranismo, em especial para o calvinismo e outras seitas, cujo elemento básico era o profundo isolamento espiritual do indivíduo em relação a seu Deus, o que, na prática, significava a racionalização do mundo e a eliminação do pensamento mágico como meio de salvação. Segundo o calvinismo, somente uma vida guiada pela reflexão contínua poderia obter vitória sobre o estado natural, e foi essa racionalização que deu à fé reformada uma tendência de ascese relacionada à vida econômica.

Talvez a grande diferença do protestantismo²⁶, decorrente da Reforma, esteve no reconhecimento do trabalho, da vocação, como uma forma lícita de vida e de progresso frente aos olhos de Deus. Assim, o efeito da Reforma foi aumentar a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho secular e profissional, em contraste com a concepção católica resignada. A ética protestante se caracterizou então por exaltar o trabalho como um meio de aproximação do homem com Deus. O trabalho não só une os homens como proporciona aos mesmos a certeza da concessão da graça. Diferentemente do catolicismo, para o protestantismo a única

²⁶ Calvinismo, pietismo, metodismo e seitas batistas.

maneira aceitável de viver para Deus não está na superação da moralidade secular pela ascese monástica, mas no cumprimento das tarefas, impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo. Portanto, o efeito da Reforma, em contraste com a religião católica, foi engrandecer a ênfase moral e o prêmio religioso para com o trabalho secular e profissional. Constitui-se assim uma moral vinculada ao culto do trabalho. Este deve ser executado como um fim em si mesmo, como uma vocação. O homem deve trabalhar independentemente das condições impostas pelo tipo de serviço que executa, para ter a certeza de sua proximidade com Deus.

Para alcançar este sucesso, que se manifesta por um “*ethos* de planejamento e autocontrole de todas as atividades econômicas, os ensinamentos puritanos encorajavam o êxito terreno, o que, por sua vez, afetava o estilo ascético de vida”. (BENDIX, 1986, p.78). Como este trabalho está voltado para Deus e é vontade deste que assim seja, a conduta destes agentes é alterada de forma metódica e racional. Esta conduta metodicamente modificada através do trabalho se alcança por meio de sanções psicológicas que recaem sobre os agentes, submetendo-os a uma vida ascética²⁷ extremamente controlada.

O acúmulo de riquezas que não se baseasse no *ethos* de uma organização racional do capital e do trabalho não poderia se adaptar ao ideário protestante. Mesmo enriquecendo, o indivíduo não podia se sujeitar ao ócio para viver de renda ou especulação. O protestantismo legava ao trabalhador que enriquecia

²⁷ Isto deu origem a um código detalhado de conduta. Enaltecia-se o trabalho como uma defesa contra os vícios e dúvidas encontradas na vida mundana. Recomendava-se o trabalho árduo para fortalecer a autoconfiança como instrumento ativo da vontade divina. Esclarece Weber: “Esse ascetismo secular do protestantismo – por essa denominação é que podemos resumir o que dissemos até agora – opunha-se, assim, poderosamente, ao espontâneo usufruir das riquezas, e restringia o consumo, especialmente o consumo do luxo”. (2001, p. 122). Disto decorre uma eliminação de toda magia, uma racionalização do mundo, já que não é o sacramento, mas o trabalho incessante que salva.

uma responsabilidade moral que o inibia de consumir o luxo. Mesmo que o protestantismo tenha tentado inibir o abandono da ascese por parte do homem que teria enriquecido, esse *ethos* voluntária ou involuntariamente, serviu de estímulo ao crescimento do capitalismo. Em relação a isto, Weber aponta um elo evanescente entre o protestante e os primeiros empresários capitalistas:

À medida que se foi estendendo a influência da concepção de vida puritana – e isto, naturalmente, é muito mais importante do que o simples fomento da acumulação de capital – ela favoreceu o desenvolvimento de uma vida econômica racional e burguesa. Era a sua mais importante, e, antes de mais nada, a sua única orientação consistente, nisto tendo sido o berço do moderno “homem econômico”. (2001, p. 125).

Este elo é a mudança nos valores dos agentes que orientavam sua ação em relação a valores e passam a orientá-la com relação a fins. O estilo de vida religioso coadunava com uma forma de vida econômica. Este *ethos* religioso contribuiu para o progresso da racionalidade econômica específica do capitalismo ocidental. Começou-se a dar um outro significado ao trabalho²⁸. Como aponta Weber o “puritano queria tornar-se um profissional, e todos tiveram que segui-lo”. (2001, p. 130). A probabilidade de que a conduta ascética tenha contribuído para a formulação de um racionalismo econômico, passa a ser adequada, já que:

Desde que o ascetismo começou a remodelar o mundo e a nele se desenvolver, os bens materiais foram assumindo uma crescente, e, finalmente, uma inexorável força sobre os homens, como nunca antes na História. Hoje em dia – ou definitivamente, quem sabe – seu espírito religioso safou-se da prisão. O capitalismo vencedor, apoiado numa base mecânica, não carece mais de seu abrigo. (WEBER, 2001, p. 131).

²⁸ O trabalho passa a se tornar um fim em si mesmo. Não se relaciona mais com divino, mas sim com o mundano, com os prazeres e satisfações terrenas.

Portanto, esta concepção de vida protestante contribuiu significativamente para o surgimento de uma racionalidade econômica, que Weber denomina de “espírito” do capitalismo²⁹.

Demonstra-se assim como se constrói na metodologia weberiana o conceito de imputação causal. A imputação causal é o estabelecimento de nexos causais nos fenômenos religiosos a partir da interpretação do sentido visado pelas ações dos sujeitos e da análise das implicações, intencionais ou não, dessas ações dos protestantes. Utilizam-se dois recursos metodológicos: os tipos ideais, que permitem isolar artificialmente dimensões da realidade empírica e avaliar a presença dessas, em maior ou menor grau, em diversas configurações concretas³⁰; e a noção de possibilidade objetiva, que permite avaliar a adequação de várias causas possíveis na determinação de um acontecimento.

²⁹ Esclarece Weber: “Mas, o que era ainda mais importante: a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como ‘espírito’ do capitalismo”. (2001, p. 123).

³⁰ A partir do tipo ideal de ação racional se constrói mentalmente uma espécie de padrão previsível de comportamento.

4. CONCLUSÃO

“A ‘objetividade’, assim entendida, é produto de elaboração do empreendimento científico, sendo, portanto, plural: cada método gradua a que lhe é acessível. Mas gradua sob duas condições: uma negativa, a correção lógica de seus procedimentos; outra positiva, o emprego incontornável, mas apropriado a seus desígnios, da categoria da causalidade”. (Marcos César Seneda, *O problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação*, p. 273).

A investigação do tema propôs que a imputação causal é construída sob a forma de um processo de pensamento que contém uma série de abstrações. No transcorrer do trabalho procuramos demonstrar quais foram estas abstrações por meio das quais a imputação causal se estruturou. A construção analítica de elementos da realidade em termos típicos ideais e a edificação das possibilidades objetivas envolvidas em um acontecimento seriam os elementos principais que permitiriam a compreensão causal dos fenômenos sociais. A imputação causal, que é o estabelecimento de nexos causais nos fenômenos a partir da interpretação do sentido visado pelas ações dos sujeitos e a partir da análise das implicações, intencionais ou não, dessas ações compõe-se pela utilização destes dois recursos metodológicos fundamentados no decorrer do trabalho monográfico. Com os tipos ideais, isolam-se artificialmente dimensões da realidade empírica e avalia-se a presença dessas, em maior ou menor grau, em diversas configurações concretas. E com a noção de possibilidade objetiva, avalia-se a adequação de

várias causas possíveis na determinação de um acontecimento. O trabalho do pesquisador é o de fundamentar de modo típico os elementos considerados significativos em cada situação. A partir dessa construção o cientista poderia compreender as possibilidades de ação abertas para o agente e avaliar, a partir da experiência, quais as mais prováveis. Neste sentido, pelo exposto neste trabalho monográfico, pode-se concluir que a metodologia weberiana assegura sua objetividade na construção conceitual do mundo histórico-social através da imputação causal. Por certo, não se trata de uma construção exata, completa ou definitiva dos fenômenos histórico-sociais.

Enfim, a reflexão weberiana analisada neste trabalho monográfico procura elucidar por meio de quais operações lógicas distinguimos a conexão entre aqueles elementos “essenciais” da cadeia causal e outros elementos “acidentais” que se situam entre os infinitos momentos que compõem a determinação de um evento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 BIBLIOGRAFIA CITADA

BENDIX, Reinhard. **Max Weber, um perfil intelectual**. Tradução de Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: Unb, c1986.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **Max Weber e a história**. Tradução de Eduardo Biavati Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREUND, Julián. **Sociologia de Max Weber**. 4ª ed. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. Campinas: UNICAMP, 1994.

SENEDA, Marcos César. **O problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação**. 2004. 337 f. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

WEBER, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica**. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1973.

_____. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. da Unb, 1991.

_____. **Metodologia das ciências sociais, parte 1**. 3ª ed. Tradução de Augustin Wernet; introdução à edição brasileira de Mauricio Tragtenberg. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A “objetividade” do conhecimento sociocientífico e sociopolítico**. Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 03, nº 03, 1975.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

5.2 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CASTRO, Anna Maria de. **Introdução ao pensamento sociológico**. 9^o ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1987.

ROHDEN, Valério. **A controvérsia alemã em torno do positivismo nas ciências sociais**. Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 02, nº 02, 1974.

ROSSI, Pietro. Introducción. In: WEBER, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica**. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1958. p. 9 – 37.

WEBER, Max. **Max Weber: Sociologia**. 2^a ed. Organizador Gabriel Cohn; tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1982.

_____. **Essais sur la théorie de la science**. Traduits de l' allemand et introduits par Julien Freund. Paris: Librairie Plon, 1965.

_____. **Economia y sociedade: esbozo de sociologia comprensiva**. 2^a ed. Edição preparada por Johannes Winckelmann; tradução de Jose Medina Echavarria [et al.]. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1983, c1944

_____. **Conceitos básicos de sociologia**. Tradução de Gerard Georges Delaunay e Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1987.